

Célia Cavaleiro *

As tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de governância

Resumo:

A utilização das TIC tem conduzido a alterações significativas na sociedade e na economia, que decorrem da sua organização em torno de redes, e que têm conduzido à crise do estado-nação, constituindo-se a governância como solução para este problema. Inserida no campo da Geografia Económica, a presente reflexão procura articular conceitos e ideias que se consideram centrais para a compreensão do modelo de governância, efectuar uma sistematização sobre as várias abordagens deste conceito e apresentar a interacção que se estabelece entre as dimensões e os princípios que o constituem. Simultaneamente, procura compreender como se constituem e se afirmam as redes inerentes ao processo de governância, identificando-se as condicionantes específicas para o êxito da governância, assumida enquanto processo e condicionada pelo contexto onde se desenvolve, destacando-se a interdependência entre o capital territorial e o capital institucional. Subjacente à estrutura das redes, reflecte-se sobre as potencialidades das TIC, associadas ao processo de governância, que podem possibilitar a emergência da co-governância, a qual apresenta condições para um maior nível de eficácia e eficiência na gestão do território.

* Doutoranda em Geografia.

Palavras-chave: governância, redes, tecnologias de informação e comunicação (TIC), processo, contexto, território

Abstract:

The use of ICT has been leading to significant changes in society and economy as a result of its organization based on networks, which have been driving to the crisis of the state-nation, becoming governance a solution to this problem. This paper deals with the Economic Geography field, and seeks to articulate concepts and ideas that are considered central to the understanding of the model of governance, to provide systematization on the various approaches to this concept and introduce the interaction that is established between the dimensions and principles that constitute it. Simultaneously, it tries to acknowledge how networks are formed and maintained in the process of governance, it identifies the specific variables needed for the success of governance, taken as a process and conditioned by the context where it develops, highlighting the interdependence between territorial capital and institutional capital. Underlying the structure of networks it tries to reflect the potentialities of ICT, associated to the process of governance, which can make possible the emergence of co-governance, providing conditions for a greater level of effectiveness and efficiency in the management of the territory.

Keywords: governance, networks, Information and Communication Technologies (ICT), process, context, territory

Introdução

Como é que o processo de governância pode auxiliar a resolver os problemas que o estado e a sociedade enfrentam na actualidade, decorrentes da degradação das suas relações? A resposta a esta questão ultrapassa o simples domínio da administração pública, alargando-se à gestão de organizações e empresas, reflectindo-se nas actividades eco-

nómicas, na competitividade, na organização e gestão do território e na qualidade de vida da população.

Este artigo, organizado em secções, pretende contribuir para a reflexão que se efectua em torno da governância, numa perspectiva de coesão territorial, tentando reflectir sobre a importância das redes e das TIC na constituição deste processo, na manutenção das relações que lhe são subjacentes, bem como na gestão do território e das actividades económicas, de uma forma eficaz e eficiente. Em primeiro lugar, efectua-se uma abordagem em torno da assumpção e afirmação da Sociedade da Informação e do Conhecimento, identificando-se as suas principais características, apresentando-se algumas das alterações que tem induzido na relação estado-sociedade. Este último ponto permite que se compreenda a emergência da governância, enquanto alternativa aos modelos de gestão hierárquicos tradicionais e que se efectue uma abordagem teórica deste conceito, centrada na identificação e articulação das suas dimensões, princípios e objectivos. Ao assumir-se que a exequibilidade do processo de governância decorre da sua organização em rede, torna-se necessário identificar os elementos centrais a este tipo de estrutura, onde os seus fluxos se caracterizam por apresentarem sentidos e intensidades distintos. Por último, apresentam-se algumas reflexões sobre o papel das TIC nas redes que suportam o processo de governância, de forma a perceber como é que estes instrumentos podem contribuir para tornar a governância mais eficaz.

Reflexos da assumpção da sociedade da informação e do conhecimento nas relações Estado-sociedade

Num mundo de alterações, que se processam à escala global e se repercutem noutras escalas de análise, tem-se assistido, sobretudo nas duas últimas décadas, a transformações de cariz político, económico, cultural e societal, que em grande parte decorrem da Revolução da Informação e têm subjacente uma alteração de paradigma tecnológico.

As transformações, que ocorrem em ritmos temporalmente e espacialmente diferenciados, caracterizam-se pela transição do modelo produtivo fordista para o modelo produtivo *just-in-time* ou *neotaylorista*,

bem como por uma alteração ao nível do modelo da organização do trabalho. Harvey (1996) considera haver necessidade de entender tais transformações como um processo, onde se articulam mudanças técnicas, organizacionais e institucionais aos níveis micro, meso e macro-económico, salientando os aspectos sociais, económicos e políticos envolvidos.

A Revolução da Informação apesar de ser um processo heterogéneo e que atinge as mais diversas áreas da actividade humana, caracteriza-se, segundo Castells (1999:69), pela “aplicação de conhecimentos, de informação na geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, num ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e o seu uso”, tendo como ferramentas de trabalho a utilização das novas tecnologias de comunicação e informação. A intensificação da utilização destas constitui uma possibilidade de obter vantagens competitivas, assentando no domínio ou na possibilidade de criar e dominar a Informação e o Conhecimento.

Subjacente à Revolução da Informação verifica-se uma alteração do paradigma tecnológico, que implica uma verdadeira alteração de mentalidades e hábitos de consumo das pessoas, das empresas e das instituições. Tal mutação resulta da passagem de uma tecnologia baseada primeiramente em *inputs* energéticos baratos para outra predominantemente baseada em *inputs* informacionais baratos, devido a avanços na micro-electrónica e telecomunicações. Não obstante o papel de destaque da tecnologia, esta não deve ser entendida como um fim em si mesmo, mas como um meio facilitador da criação das condições que induzem o desenvolvimento. De acordo com Castells (1999), a tecnologia não determina a sociedade, nem esta escreve o curso da transformação tecnológica. O resultado final depende de um complexo padrão de interacção dialéctica, uma vez que muitos factores, inclusive a criatividade, a iniciativa empreendedora e a estrutura das redes formais e informais, mediadas pelas TIC, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, que se adaptam à crescente complexidade de interacção. Distingue-se ainda do paradigma anterior devido não só à sua lógica de funcionamento assentar em redes, mas também pela sua constante capacidade de reconfiguração.

Face à crescente importância dos recursos cognitivos, verifica-se um processo de transformação da sociedade, horizontal nos sectores de incidência, multifacetado na sua forma de representação, com ver-

tentes políticas, sociais e organizacionais, em que a componente tecnológica tem uma função catalisadora, mas não desempenha o papel principal, que está reservado aos cidadãos e às organizações. Esta sociedade, denominada de Sociedade da Informação e do Conhecimento, exprime um tipo particular de conhecimento, cujas propriedades o tornam capaz, quando aplicado ao capital, de estabelecer um determinado ritmo à sua valorização, conferindo a possibilidade de um aumento substancial da produtividade e o aparecimento de novos serviços e produtos de melhor qualidade, os quais dependem, essencialmente, de um processo prolongado de aprendizagem e mutação institucional, enquanto a técnica se constitui como o modo de relação mais importante entre o homem e a natureza, entre o homem e o espaço geográfico.

As principais actividades produtivas, de consumo e circulação estão organizadas à escala global, directamente ou mediante uma rede de interacção entre agentes económicos, gerando concorrência e competitividade, estando estas, basicamente dependentes da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento. A necessidade da sociedade actual, face à capacidade acrescida de aprendizagem e inovação, para indivíduos e instituições, continuar a evoluir, conduz a que alguns autores (Lundvall, 2004; Florida, 2002) também a denominem de Sociedade de Aprendizagem e/ou Criativa.

Neste contexto, Castells (1999) atribui às TIC um papel fundamental, como condição técnico-instrumental, nas modificações que têm ocorrido na sociedade e na economia, que se processam com uma crescente rapidez e complexidade, e se associam à assumpção de uma nova ordem mundial e global, como resultado de modificações estruturais no capitalismo, e que se traduz numa sociedade de constante mudança e fluidez organizativa, que se estrutura em torno de redes. A crescente complexidade da realidade, a que a globalização não é alheia, tem vindo a determinar, progressivamente, a redução do poder de regulação do Estado-nação, demonstrando a sua incapacidade para responder à solicitação crescente, por parte da sociedade civil, a necessidades, cujos campos de acção se ampliam sucessivamente, como resultado da grande diversidade de oportunidades, da inserção da técnica e da aplicação de tecnologia a novos contextos. Esta situação, associada ao aumento significativo do padrão de produção, disseminação e uso do conhecimento, tem conduzido a mudanças na forma como se processam as relações

entre o Estado e a sociedade, nomeadamente nas formas tradicionais de organização do Estado e de participação política, como resultado de novas exigências, de definição de estratégias e aplicação de acções.

O Estado-providência, ao actuar, no sentido de continuar a garantir o equilíbrio entre o capital e o trabalho, fonte da sua legitimação, e de responder às crescentes solicitações, tentando colocar em prática estratégias delineadas em função da especificidade territorial e social, tem assistido a uma transformação das suas funções e à consequente desestabilização dos seus mecanismos tradicionais de exercício do poder.

O colocar em causa deste equilíbrio faz emergir a importância de uma reacção por parte da sociedade civil, no sentido de contrariar o perigo de aumento das desigualdades sociais e do desemprego, procurando soluções para os problemas do seu quotidiano, decorrentes da crise fiscal do Estado, da globalização e da desregulação dos mercados internacionais, da diversidade, da complexidade e da velocidade a que se processam as alterações sociais, e ainda da fragmentação das estruturas políticas e administrativas. É no âmbito desta dialéctica, entre a necessidade de resolver os problemas com que se depara e a sua supressão, de forma eficaz, eficiente e democraticamente responsável, que se tem vindo a assistir, no seio das Ciências Políticas, da Administração Pública e das Ciências Sociais, a debates que procuram respostas, capazes de responder cabalmente a esta problemática. É neste contexto, que a Governância se tem vindo a afirmar, apresentando-se como uma alternativa ao modelo hierárquico de estruturação dos governos.

Governância: conceito, processo e contextos

O interesse crescente pelo conceito de governância reflecte a ideia difundida por Stoker (2000) de que governar sociedades contemporâneas se está a tornar cada vez mais difícil e exigente.

Do governo à governância

Não sendo a governância uma temática recente, o seu conceito tem sofrido adaptações decorrentes das mudanças societais, que têm

ocorrido em função da (re)configuração das relações de poder mundial. Na tentativa de obter uma explicação satisfatória para as alterações que o Estado-providência tem sofrido, nomeadamente as que estão associadas à dispersão da autoridade formal exercida pelas instituições estatais por vários níveis, desde o europeu, ao nacional ou mesmo local, considera-se crucial distinguir, de uma forma clara, os conceitos de governo (*government*) e governância (*governance*). Apesar de estes dois termos terem vindo a ser erroneamente utilizados, com frequência, como sinónimos, os seus significados mostram que se reportam a diferentes pontos de vista acerca das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Para o desenvolver da investigação em curso, assume-se que o termo governo é aplicado ao domínio do Estado-providência, organizado através de poderes públicos hierarquizados e formais, onde o modo de funcionamento é regido por procedimentos burocráticos. Quanto ao conceito de governância, não sendo diametralmente oposto ao termo governo, pois os dois estão inter-relacionados, pode ser definido e analisado sob um ponto de vista diferente, ou seja, em relação aos procedimentos de governação.

A utilização do termo governância em detrimento de governo remonta, pelo menos a 1972, ao trabalho de Harlan Cleveland e constituiu, segundo Frederickson (1999: 25) uma forma de o autor se distanciar “das tradições da administração pública e do criticismo da burocracia”.

O conceito de governância tem vindo a ser alvo de uma redefinição progressiva (quadro 1), em função das áreas científicas em que é utilizado, o que, simultaneamente, lhe confere alguma instabilidade nos planos teórico e prático.

Modelo	Burocrático	NPM	Governância
Orientação	Legalista	Serviços	Cidadãos ativos
Objectivo	Conformidade com as normas	Capacidade de competir/de gestão	Qualidade de vida da comunidade
Perspectiva	Governos	Sector Público	Sociedade Civil
Regulação	Hierarquia	Mercado	Redes
Lógica	Jurídica	Económica	Política
Tipificação	Administração legalista	Administração de serviços	Administração “catalisadora”

QUADRO 1: **MODELOS COEXISTENTES DE GESTÃO: BUROCRÁTICO, NEW PUBLIC MANAGEMENT (NPM) E GOVERNÂNCIA**
ADAPTADO DE BOVAIRD, T.; LOFFLER, E. (2003)

Na maioria dos casos, as interpretações e as definições apresentadas são uma combinação de visões, de acordo com as quais, a governança se trata de redes de gestão (Rhodes, 1997) ou, mais amplamente, de processos dinâmicos de gestão.

No campo acadêmico, o conceito de governança é abordado sob uma perspectiva analítica, numa tentativa de analisar as mudanças subjacentes aos modos de governação. Segundo a *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions*, num estudo realizado em 2007, o conceito tem sido frequentemente associado ao autoritário processo de elaboração de decisão ligado ao contexto de Estado-nação, por exemplo, em relação ao processo de decisão internacional, sendo igualmente aplicado para perceber as alterações nas formas de intervenção pública num contexto estatal.

Apesar de ter tido a sua origem no âmbito da economia institucional e da regulação, com o objectivo de simplificar os processos de regulação e de intervenção dos poderes públicos e de facilitar a tomada de decisões dos restantes agentes económicos, a evolução deste conceito, decorrente dos processos de desterritorialização da globalização e de reterritorialização selectiva que determina, conduz-nos a uma perspectiva neo-institucionalista e do construtivismo social (Espon, 2007; Farinós, 2005), onde o Estado subsiste num contexto de redes institucionais, confrontado com os novos desafios da gestão pública (menos burocracia e maior liberdade de mercado), articulando as dinâmicas locais e globais e coordenando uma multiplicidade de actores que participam na formulação das políticas públicas.

De acordo com a escola regulacionista francesa, a regulação é um conceito essencial à governança, dado que corresponde a um conjunto de normas, implícitas ou explícitas, segundo as quais se regem as instituições, de forma a procederem aos ajustamentos necessários lhes vão sendo exigidos pelos demais, numa lógica de equilíbrio dinâmico. Os teóricos da regulação, defendem que a relação entre governo e governança é parte da resposta necessária para acelerar o processo de mudança sócio-económico manifestado pela transição de um sistema de produção em massa fordista e um estado-providência nitidamente keynesiano para um modelo de especialização flexível pós-fordista (Piore e Sabel, 1984). A estabilidade somente se torna possível pela presença de elementos estruturais, bem como pela incorporação de elementos inova-

dores que permitem a sua evolução. Por sua vez, Jessop (1997) defende que, para este desenvolvimento, é central a profunda reestruturação do Estado e as alterações do seu papel na governação das relações entre a sociedade e a economia. Relacionada com estes aspectos está a relação entre globalização e localização, onde o processo de governância não conduz à extinção do Estado central, mas sim à sua adaptação para se tornar um actor proeminente.

A esta (re)projectação do papel estatal associa-se o conceito de governância centralizada, desenvolvida pelo *New Public Management*, que preceitua a reabilitação do governo, com base em pressupostos de eficácia e eficiência, tão característicos à lógica de organização e concretização de objectivos do sector privado.

Uma abordagem neo-institucionalista é defendida por Farinós (2005), dado que esta permite dotar de alguma coerência as actuações e a elaboração de políticas, uma vez que considera ser necessário a existência de uma liderança política e de um compromisso institucional, para garantir uma abordagem que seja simultaneamente coerente e compreensível, dentro do sistema complexo que é o território.

A relação entre o governo e governância pode ser entendida como um processo incremental (Farinós, 2008), através do qual a nova governância melhora as limitações das formas tradicionais de governo, ao mesmo tempo que apresenta as suas próprias limitações e introduz novos conflitos. A governância destaca-se por estar relacionada com as mudanças na acção pública e nas suas estruturas organizacionais, contrastando, em parte, com a acção governativa, que se ficam a dever à diferente capacidade de os actores-chave, públicos e privados, partilharem objectivos para um mesmo território. Segundo Farinós (2005), estas poderão passar pela formalização de um consenso organizacional que envolva o sector privado, com o objectivo de definir objectivos e funções comuns para o desenvolvimento económico de um dado território, por estabelecer um acordo sobre a contribuição de cada um dos actores para conseguir os objectivos anteriormente definidos, e ainda, por procurar um acordo quanto a uma visão comum para o futuro do território entre todos os actores envolvidos, independentemente do seu nível escalar.

A governância apresenta ainda um carácter polisémico, decorrente do seu desenvolvimento em áreas distintas, como a economia, a ciência

política e a administração pública, correspondendo ao exercício da autoridade política, económica e administrativa para gerir os assuntos de uma comunidade, incluindo uma série complexa de instituições, sistemas e processos, que implica o Estado, a sociedade civil e o sector privado de um modo democrático e transparente (Pollit e Bouckaert, 2000). Neste contexto, o desafio da governância prende-se com a maneira como se podem criar novas formas de integração e novas formas de coerência.

Os âmbitos de aplicação da governância são inúmeros, pois, se por exemplo, no âmbito das relações internacionais é perspectivada como uma governância global, no campo da ciência política, a governância é entendida como uma forma instrumental para se proceder a reformas nas instituições administrativas e políticas, como ficou exemplificado no debate, sobre um novo ramo da ciência, denominado *New Public Management* (NPM), enquanto algumas instituições de projecção internacional, como o Banco Mundial, a OCDE, a FMI e a CE, reconhecem a sua importância, tendo-a adoptado como estratégia organizativa, desenvolvendo metodologias e práticas que permitem a sua aplicação.

A Comissão Europeia (2001), por exemplo, aplicou o conceito, em parte, como uma tentativa de legitimar as instituições europeias. Em particular, no Livro Branco da Governância Europeia, a Comissão manifestou a intenção de tornar o processo político europeu mais participado e efectivo, somente possível através de uma governância multi-nível, onde haja lugar efectivo para a governância à escala regional e/ou local, através de redes de elaboração e análise de políticas públicas ou redes de participação de cidadãos.

A perspectiva mais divulgada das diferentes aceções do conceito de governância é, também, a mais restrita, limitando-o geralmente "ao exercício da autoridade no governo e na arena política" (OCDE, 2002: 36). Esta perspectiva, tende a centrar o esforço analítico na identificação dos desafios contemporâneos com que o Estado e os governos se confrontam, continuando a atribuir-lhes o papel de principal agente regulador da sociedade.

Dimensões, princípios e objectivos do processo de governância

O sucesso do conceito de governância, está relacionado com processos “estruturais”, que não podem ser desligados dos seus precedentes. O processo de governância, em termos conceptuais e práticos, deve ser identificado com o modo de condução da sociedade e as formas através das quais se procede à consensualização e prossecução de objectivos colectivos (Berger, 2002), envolvendo a definição de um complexo conjunto de actores públicos e privados, baseando-se na flexibilidade, no estabelecimento de parcerias e na participação voluntária dos actores, que representam diversos interesses sociais.

Para a existência da governância, segundo uma visão neo-institucionalista e construtivista social, o grau de interacção entre as dimensões em que assenta compromete a sua exequibilidade. Nesta perspectiva, o território perde a sua característica de palco de acção, onde se inscrevem os recursos e as infra-estruturas, para se assumir como elemento central do processo de governância. Ao constituir-se como “capital territorial”, a sua mobilização e utilização eficaz, no sentido de produzir bens públicos, depende da “habilidade” dos actores públicos e privados de construir um consenso organizacional e de se envolverem nesse mesmo processo, definindo objectivos e tarefas comuns, consubstanciadas pela tomada de decisão inerente à definição e implementação de políticas e acções. Estas decorrem de concertação a nível local, entre as várias políticas sectoriais, ou num nível de decisão hierárquico superior (supranacional, nacional, regional), onde a participação pública, individual ou em grupos de cidadãos organizados, se encontra directamente dependente do grau de envolvimento da sociedade civil na tomada de decisões relacionadas com o seu território e os respectivos recursos. Este envolvimento tem-se tornado uma tarefa difícil de concretizar, devido aos efeitos da globalização e da revolução informacional, do processo de integração supra-nacional (UE), bem como da progressiva diferenciação e fractura social.

Da articulação das dimensões da governância decorre a concretização dos cinco princípios de uma governância eficaz (fig. 1), cujo funcionamento sistémico, no decurso de um período temporal, apresenta como objectivo a obtenção da coesão, da competitividade e da susten-

tabilidade, que em última instância permite o desenvolvimento territorial sustentável.

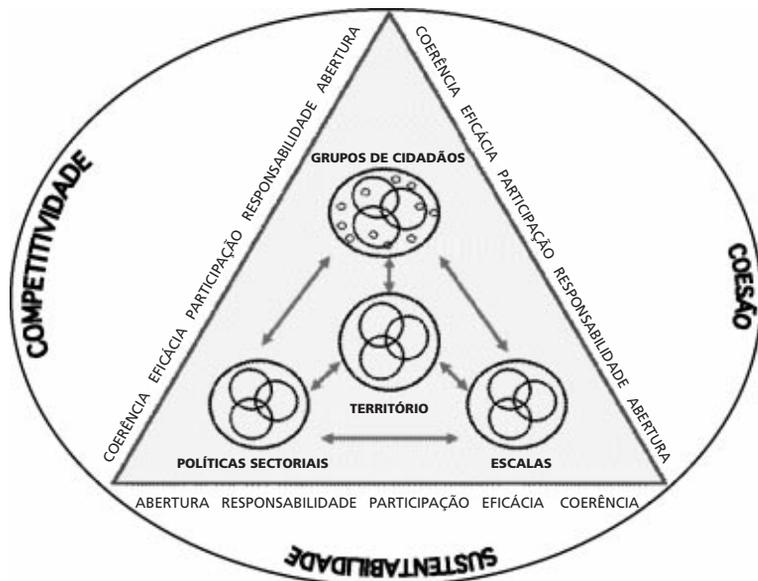


FIGURA 1: DIMENSÕES E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE GOVERNÂNCIA
ADAPTADO DE FARINÓS, J. (2008)

Os princípios subjacentes ao processo de governância complementam-se e contribuem cada um para a concretização dos restantes. Ao considerarmos o princípio da abertura, reportamo-nos à acessibilidade à informação, nomeadamente a forma como é disponibilizada aos vários actores, o tipo de linguagem utilizado neste processo comunicacional, a qual deverá ser o mais simples possível, para que o público, em geral, a consiga apreender e possa (r)estabelecer a sua confiança nas instituições que a veiculam.

Ao trabalharem de forma mais aberta e participada, mediante um processo de cooperação e coordenação, cada actor é responsabilizado pela sua acção, nomeadamente na tomada de decisões, na concepção e

execução das políticas que daí decorrem. A melhoria da participação, reflecte-se na qualidade, relevância e eficácia das políticas, e depende da capacidade dos governos centrais seguirem uma abordagem inclusiva, ao desenvolver e executar políticas de nível escalar superior, adequadas ao seu nível territorial, executando-as a partir de objectivos claros, definidos a partir de um diagnóstico e pressupondo uma avaliação de impactos, apresentando coerência entre si e assegurando, entre as instituições, uma abordagem consistente dentro de um sistema complexo.

O processo de governância: coordenação vertical e horizontal

As mudanças têm-se vindo a impor, marcando eficazmente os modos e os procedimentos de acção colectiva, assistindo-se, em parte a uma redefinição da governância de maneiras inovadoras, em particular a consolidação, incluindo as práticas, os modos de parceria e a cooperação inter-institucional (Healey, 1997; Le Galès, 1998, 2002; Madanipour *et al.*, 2001). Esta prática surge como resposta à crise de legitimidade e de eficácia que acometem os níveis de decisão central, favorecendo um movimento de afirmação do centro de tomada de decisão a nível regional e/ou local

Os especialistas referem-se à governância sob uma perspectiva analítica, numa tentativa de identificar e analisar as mudanças nos modos de governação, nomeadamente para perceber as alterações nas formas de intervenção pública, observáveis pelas estruturas e processos, através dos quais os actores políticos e sociais levam a cabo práticas de intercâmbio, coordenação, controlo e adopção de decisões públicas nos sistemas democráticos (Kooiman, 1993). O seu sucesso encontra-se dependente da disponibilidade e da mobilização dos recursos e de um conjunto de actores (públicos e privados), levando a que a autoridade formal dos estados-nação, segundo Hooghe e Marks (2001), se tenha deslocado em vários sentidos.

Para que a governância seja uma realidade efectiva, a coordenação do processo que lhe é inerente deve ocorrer verticalmente (no sentido ascendente e descendente) e horizontalmente (fig. 2.), envolvendo a sociedade civil, na defesa dos seus interesses através da participação pública e territorializando as acções programadas.

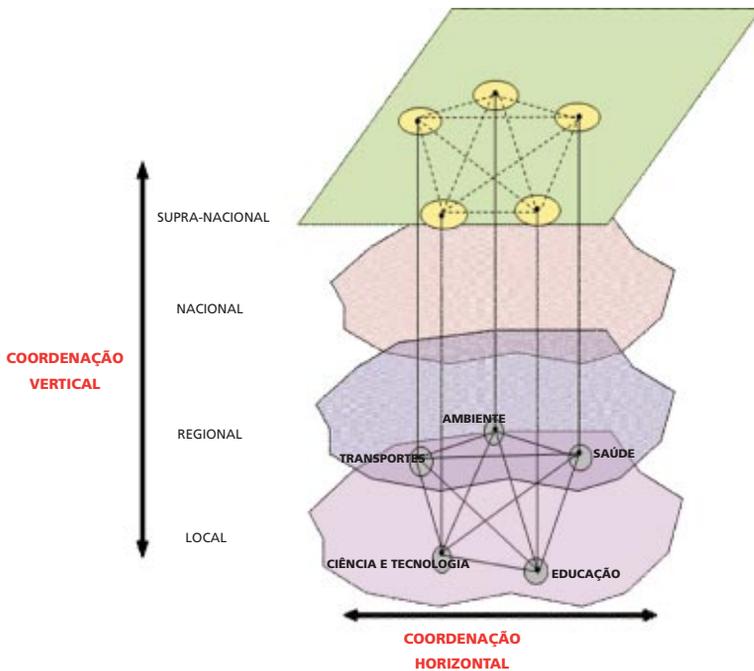


FIGURA 2: ARTICULAÇÃO ENTRE OS MODOS DE COORDENAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

A capacidade, dos diferentes níveis institucionais, para implementar políticas coerentes nos diferentes níveis assume particular importância, num contexto de redes globais, que não operam somente num “fluxo espacial” desterritorializado, necessitando de ser enraizadas em lugares específicos, onde se destacam os recursos locais e as vantagens competitivas. Assim, as relações entre territórios locais e os restantes níveis territoriais são definidas numa perspectiva “transcalar”, adoptando níveis múltiplos (local, regional, nacional e europeu), relativamente às formas de acção, para concretizar o interesse colectivo (Demateis, 2001).

A coordenação vertical (multinível) da governância foi definida por Marks (1993:392) como “um sistema de negociação contínua entre governos em diferentes níveis territoriais – supra-nacional, nacional,

regional e local – como o resultado do processo de criação institucional (...). Esta perspectiva implica compreender as relações e as interconexões que ocorrem entre os vários níveis e decorre da capacidade de “resposta institucional a mudanças rápidas no contexto geral” (Pierre, 2000:3).

A governância vertical assume-se como um padrão de sinergias entre o espaço local, regional, nacional e supra-nacional, abrangendo este tipo de coordenação, segundo Davoudi *et al.*, (2008), actores e políticas, encontrando-se directamente ligada ao princípio de subsidiariedade, bem como ao processo de reorganização, redefinição das escalas envolvidas nas transformações territoriais associadas aos níveis de governação, originando vários tipos de interacções.

Por sua vez, a abordagem da governância, sob a perspectiva de coordenação horizontal, permite explicar a coordenação territorial das políticas, bem como as relações que ocorrem no mesmo nível territorial. Segundo Jessop (2000), este processo pode ser definido como uma auto-organização horizontal entre actores mutuamente interdependentes, onde o Estado passa de regulador para coordenador e parte envolvida do processo, guiando ou dirigindo interacções e processos decisoriais, coordenando os diferentes actores envolvidos nas intervenções que são programadas, projectando e controlando, estimulando a interacção, conectando assuntos, construindo relações não-hierárquicas entre eles, realçando sistemas sociais e auto-organizando capacidades. Deste modo, incentiva diferentes modos de acção decorrentes da interacção social, da mediação, cognitiva e consensual, de conflitos entre os diferentes actores envolvidos, através da utilização de acções de intervenção concertadas e negociadas. Contribui ainda na definição e na gestão de opções políticas, procurando a cooperação inter-institucional (Bobbio, 1996), permitindo a ocorrência de processos participativos em detrimento de uma regulação autoritária e conformativa.

Num processo de governância em que, segundo Bovaird e Löffler (2003), os *stakeholders* interagem influenciando os *outcomes* das políticas públicas, o reforço simultâneo da coordenação vertical, como condição imprescindível para uma articulação entre os vários níveis de tomada de decisão, e da coordenação horizontal, onde se multiplicam as redes materiais e imateriais, numa crescente intersecção de políticas, de um mesmo nível territorial ou relativas a escalas diferentes.

Redes e TIC como potenciadoras/inibidoras do processo de governância

A organização da sociedade em torno de redes, utilizando a terminologia de Castells (1999), origina uma Sociedade em Rede, que tem alterado, de acordo com Sotorauta (2004), as práticas da governância, que se reflectem nas estratégias de desenvolvimento. Na sociedade em rede e no seu espaço de fluxos, o capital, a informação e a inovação movimentam-se mais rapidamente que nunca, entre pontos diferenciados do globo, estando as actividades e os processos fortemente ancorados e organizados em redes e nos processos de participação nas redes. Nesta perspectiva, cada vez mais, as redes constituem a base da interacção social, reflectindo a rede social a lógica e o significado da organização espacial, sendo a dinâmica de rede vista como um factor crítico de poder.

Deste modo, considera-se importante compreender a forma como se constituem, gerem e organizam as redes associadas à governância, bem como o tipo de relações que delas emanam e que permitem a construção de uma tipologia de redes de governância.

As redes no processo de governância

De acordo com as ideias apresentadas no ponto anterior, o processo de governância implica a gestão de redes auto-organizadas e inter-organizacionais (Rhodes, 1996), onde emergem relações complexas e cada vez mais dinâmicas, envolvendo novos actores externos à dimensão política (Painter e Goodwin, 1995), num contexto multi-nível (Pierre e Peters, 2000). Assim, o conceito das redes assume uma posição central na noção da governância, opinião que é corroborada, por Börzel (1997), segundo o qual, esta pode ser considerada um conjunto de relacionamentos relativamente estáveis, que são de natureza não-hierárquica e interdependente, que liga uma variedade de actores, que compartilham interesses comuns, no que diz respeito a uma política, e que trocam recursos para perseguir esses interesses compartilhados, pois reconhecem que essa cooperação é a melhor maneira de conseguir atingir objectivos comuns.

Ao reconhecer-se que o Estado não é a única força de autoridade e de regulação e que as múltiplas interacções entre estruturas públicas,

actores económicos e sociedade civil desempenham igualmente um papel de relevo, as redes destacam-se como modos organizacionais da acção colectiva, com o intuito de assegurar a concretização dos objectivos, discutidos e definidos colectivamente, distinguindo-se níveis distintos de acção (local, regional, nacional, europeu).

As transformações que as redes induzem encontram-se dependentes do estabelecimento de relações, que proliferam nos mais variados contextos, desde o económico ao espacial, ao tecnológico e ao sócio-cultural. Apesar de a estrutura base, o tipo de relações e o modo de organização, que são intrínsecos à lógica de funcionamento de uma rede, apresentarem uma certa semelhança, no que respeita, à sua constituição/criação e modo de funcionamento, estas podem ter uma amplitude e/ou especificidade distintas, bem como um certo grau de ambiguidade, no que reporta à sua dimensão (i)material.

É crucial para a compreensão das redes perceber a sua dinâmica de construção e manutenção, pois nas redes, os seus elementos estão sempre em acção, o que lhes confere dinamismo e lhes permite que, com o tempo, vão evoluindo e mudando. A estrutura da rede não é determinada, nem determinante, mas sim evolutiva, no tempo e no espaço. O desempenho da rede determinará a criação de um maior ou menor valor, o qual se assume como uma vantagem competitiva, que decorre da interconectividade estabelecida, e se encontra directamente ligada à sua topologia, à sua infra-estrutura e à capacidade de formação de redes. Para Sawhney e Parikh (2001), a inteligência de uma rede assenta na sua funcionalidade, representada pela forma de distribuir, armazenar, criar ou modificar informações.

Para além das redes visíveis, uma rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, e valores que a frequentam” (Santos, 1996: 209), traduzindo-se em relações diversas, que as dotam de conteúdo e lhe conferem especificidade em função do contexto que permite a sua geração e funcionamento. Para Tinland (2001:263), as redes “são instrumentos de poder e de rivalidades para seu controle. Elas são susceptíveis (...) de funcionar como instrumentos de integração e de exclusão, na linha directa dos processos de diferenciação”.

Na procura de novos modos de uma governância competitiva, a forma como as redes se auto-organizam, a sua estrutura, a aprendizagem dos seus actores e o modo como se processa a interacção e a comu-

nicação constituem características distintivas da capacidade organizativa (fig. 3) dos actores e dos territórios, que se traduz, segundo Van den Berg e Braun (1999) numa dada *performance*. A sua maior ou menor visibilidade implica que a montante destes resultados exista uma certa capacidade de envolvimento dos diversos actores (públicos e privados), neste mesmo processo, que se reflecte e é reflexo da existência de redes estratégicas.

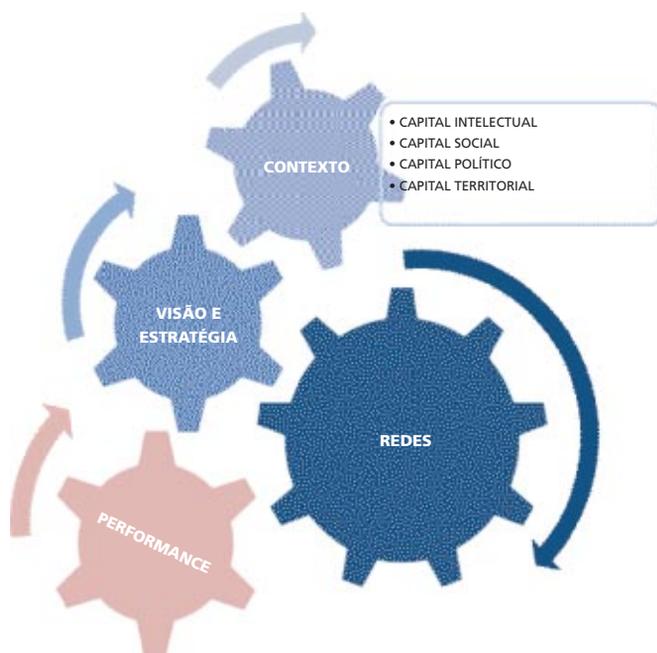


FIGURA 3: CAPACIDADE ORGANIZATIVA DAS REDES
ADAPTADO DE VAN DEN BERG, L.; BRAU, E. (1999)

Partindo do pressuposto que a governância favorece modos de organização baseados na reciprocidade e na cooperação, este ganha particular relevância quando se assume que parte da sua eficácia decorre da sua lógica de funcionamento em rede, onde é privilegiada a inter-

acção multi-actor. Esta decorrerá da sua capacidade de negociação, de cooperação e da sua concordância discursiva, e simultaneamente da implementação de intervenções substanciais, substituídas por mecanismos procedimentais onde se promovem as capacidades auto-organizativas, dos actores da rede e na rede (Perkmann, 1999).

A estrutura multinodal da rede, a interdependência entre actores e organizações e a estabilidade das relações de interacção são aspectos caracterizadores da rede. A estrutura da rede encontra-se dependente, segundo Marques *et al.* (2005) da existência de relações duradouras entre actores, a qual se vai tornando mais densa em função do grau de interacção destas, conferindo uma crescente interdependência a uma pluralidade de actores, o que pressupõe a sua capacidade para agir como parte de uma rede de cooperação, num campo onde o público e privado partilham a tomada de decisões num mesmo nível ou em múltiplos níveis. Estes actores representam organizações ou instituições na rede, cujos recursos se encontram dependentes dos recursos que os seus pares detêm.

A interacção entre os participantes da rede e a continuidade das suas relações dependem da capacidade dos seus líderes em os mobilizarem e os envolverem em todo o processo. A capacidade de liderança da rede constitui elemento basilar no desenvolvimento do processo, assente em competências que envolvam o conhecimento do território e do tecido social e produtivo, bem como a distribuição dos valores e interesses em jogo, a qual determina a capacidade de visão e a estratégia delineadas para a rede. A atribuição deste papel deve ser da responsabilidade de todos os intervenientes da rede, depositando a sua confiança na sua capacidade funcional de articular os objectivos da rede e de envolver os actores nos processos de tomada de decisão e nas relações da rede com a sua envolvente, possibilitando que os fluxos relacionais e territoriais (interacções internas) sejam consolidados e as decisões consensuais, o que obviamente se traduz num dinamismo constante em prol da coesão territorial e da competitividade.

A estabilidade da rede, no que respeita às suas relações é imprescindível para a solidificação da sua estrutura, não impedindo que os actores se reposicionem na rede em função da sua maior ou menor destreza e evolução na rede. A interacção entre os diversos actores, segundo Kickert (1993), reflecte a complexidade das relações em rede, mas simul-

taneamente dota-a de complexidade, dinamismo e pluralismo. A complexidade inerente ao seu modo de funcionamento mostra que o processo tem que ser continuamente alimentado (retro-alimentação), pelo fornecimento de informação, partilha de conhecimento e de inovação, onde as relações internas de poder são responsáveis pela configuração da rede e pelos resultados que se obtêm.

Para que os resultados do processo de governância sejam visíveis e se possa proceder à sua avaliação, é imperativo que sejam desenvolvidos mecanismos que ultrapassem o estabelecimento dos laços entre os actores e os possam fortalecer, obtendo sinergias para os envolvidos, uma vez que os seus *outcomes* e *performances* têm implicações directas no território e nas acções dos actores envolvidos.

As TIC como instrumentos das redes no processo de governância territorial

O rápido processamento da informação e o desenvolvimento das formas de comunicação e das tecnologias que lhe são associadas permitem verificar que tem existido um reforço das interacções entre os territórios e respectivos actores, estimulando, ainda que em ritmos diferenciados, o seu desenvolvimento. Neste contexto, de complexidade crescente, tem-se assistido à emergência de novas territorialidades, resultantes da intersecção de espaços do global com o local, onde as TIC, especialmente a Internet, se constituem como um instrumento que permite a afirmação da diferença, num meio onde a competição é cada vez mais ampla, numa escala cada vez mais global. Para Blanco Romero e Cànoves Valiente (2005), a funcionalidade do espaço e dos lugares, destaca-se nas relações sociais e económicas, onde o espaço dos lugares e o espaço dos fluxos se configuram como dois níveis complementares de uma nova realidade territorial. A arquitectura dos fluxos de informação implica que cada território aproveite e potencie os seus próprios recursos, para assim os (re)valorizar e tentar integrar-se no espaço global, adquirindo um melhor posicionamento num quadro de constante competitividade.

Ao potenciarem o processo de formação/consolidação de redes, as TIC são ferramentas que possibilitam o incremento da participação dos

diversos actores, devido à inerente melhoria dos canais de comunicação e informação e ao estabelecimento de procedimentos de consulta-concertação, permitindo “aumentar a conectividade e a troca de informações entre agentes, que já estão ligados por relações sociais e económicas” (Marques *et al.*, 2005:8). No entanto, o aumento da conectividade não se processa equitativamente por todo o território, uma vez que este não está dotado de igual forma de infra-estruturas físicas que permitem o acesso aos serviços que suportam a utilização das TIC, o que se traduz por um desigual potencial de utilização. Este ao ser influenciado, num processo dialéctico, pelo grau de integração e de colaboração dos actores na rede, auxilia a reforçar as relações já existentes entre os vários actores, cujas competências de produção e difusão de informação e conhecimento se reflectem na sua aptidão para competir e para inovar, face às dinâmicas inerentes ao processo de globalização.

Não obstante, é ainda pouco conhecido o contributo destas ferramentas da era informacional no processo de governância, pelo que urge reflectir sobre o papel que as TIC poderão desempenhar na emergência de uma nova dimensão da governância (co-governância), nomeadamente, o seu grau de eficácia e de diferenciação ao nível dos territórios, o qual poderá estar ou não associado ao seu potencial de utilização, do qual decorrem, ao nível dos actores, diferentes capacidades para auxiliar a formar, a informar e a envolver a sociedade civil, no processo de discussão pública, em temáticas que afectam o seu quotidiano. Deste modo, interessa avaliar em que medida as TIC se constituem como ferramentas capazes de “potenciar sinergias e assegurar que o seu impacto é optimizado de forma transversal à sociedade” (Marques *et al.*, 2005:19), e de que modo influenciam o desenvolvimento e/ou reforço de redes institucionais e sociais, bem como o nível de confiança atribuído a estas redes, o qual poderá auxiliar a explicar os diferentes graus de envolvimento dos actores nessas mesmas redes e o (in)sucesso atribuído às parcerias estabelecidas.

O projecto de investigação, subjacente a este artigo, combina uma dimensão analítica e teórica com a abordagem empírica às dinâmicas associadas às TIC, enquanto instrumentos das redes (institucionais e sociais), e que podem potenciar ou inibir o processo de governância, bem como os mecanismos que despoletam. Apesar de territorialmente reportar ao Noroeste português, centra-se sobretudo na Área Metro-

politana do Porto, onde será desenvolvido um estudo mais aprofundado sobre as redes que suportam o processo de decisão e a forma como as TIC interferem nas relações que lhe são inerentes.

Se as redes de relações não estiverem já formadas, que benefícios as TIC trarão ao processo de governância, dado que estas não criam as relações sociais e económicas, em que os actores interagem. Em que medida as TIC auxiliam a garantir a mobilização dos pares que intervêm no referido processo, uma vez que a sua utilização requer formação específica, a criação de ambientes favoráveis, de conteúdos e de aplicações que permitam uma resposta mais eficaz às necessidades sentidas.

Torna-se assim necessário avaliar as potencialidades associadas à intensificação da utilização das TIC, quer como facilitadoras/obstruidoras do processo comunicacional, quer na gestão com maior/menor eficácia da complexidade dos fluxos de informação, onde poderá sair reforçada/reduzida a integração, a colaboração e a interacção entre os actores, bem como a sua participação e envolvimento no processo de governância, nomeadamente por parte da sociedade civil.

Face ao exposto, interessa perceber de que modo a utilização das TIC possibilitará que a governância possa atingir elevados níveis de eficácia, ao permitir que exista uma interacção (fig. 4) entre uma governância de “elite”, de carácter impositivo, feita de cima para baixo (*top-down*), onde os territórios se adequem às políticas, e uma co-governância, ou seja, uma governância participada e resultante da colaboração e cooperação entre os vários actores, onde as necessidades do território, identificadas pelas redes de actores são tidas em contas na hora da tomada de decisão, fruto da concertação e parcerias desenvolvidas, no sentido ascendente (*bottom-up*) e se articulam as decisões tomadas a nível supra-nacional. Esta interacção *top-down/bottom-up* apenas parece ser exequível em função da capacidade das instituições, organizações e indivíduos, segundo Marques *et al.* (2005), de criarem e dinamizarem processos de mudança, criativos e inovadores, em torno de aprendizagens consecutivas, onde o Estado se constituiria como agente mobilizador e a sociedade civil como agente de mudança.

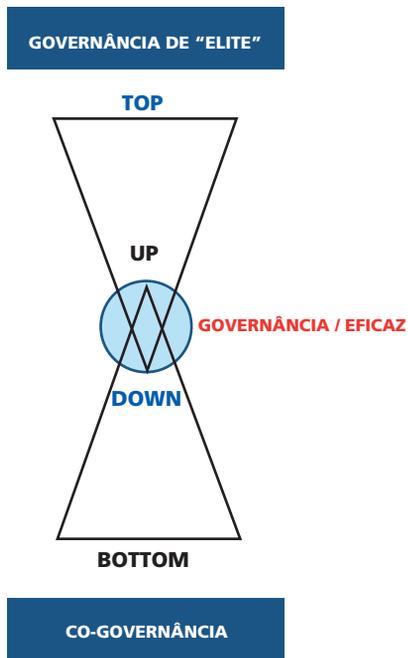


FIGURA 4: **GOVERNÂNCIA EFICAZ**
ADAPTADO DE ESPON (2006)

As redes, subjacentes ao processo de governância, são um resultado da sinergia entre o desenvolvimento do processo e o contexto (liderança, suporte político, suporte social, condições espaciais e económicas) onde tal acontece. A sua implementação, ainda que possa ser facilitada pela utilização das TIC, para além de depender da aquisição de competências, da interiorização de hábitos e da alteração de comportamentos, no decurso de um período temporal, que permita aos actores perceberem as suas potencialidades e ultrapassar os seus constrangimentos, não deve ser dissociada do capital territorial e institucional em que se insere.

Contextos de governância: capital territorial e institucional (social, político e intelectual)

Nos pontos anteriores pode-se verificar que a governância deve ser considerada como uma forma de coordenar/articular a acção colectiva e a conseqüente dinâmica económica e social, caracterizando-se pelo envolvimento de múltiplos actores, pela definição de políticas e respectivos objectivos de intervenções, bem como de procedimentos tendentes a modificar a acção (transição de um processo de decisão/imposição autoritário para um processo de construção/participação negociado).

Dada a multiplicidade de situações e a heterogeneidade dos próprios contextos territoriais, os territórios, enquanto espaços de acção colectiva, desempenham uma posição central, salientando a especificidade dos contextos locais do processo de governância, ou seja, as características particulares de um determinado território. Estas traduzem-se em acções decorrentes da definição de estratégias, com o intuito de se proceder à requalificação territorial, melhorando as condições e a qualidade de vida das populações, promovendo as suas potencialidades e a sua integração numa rede de relações territoriais inovadoras, o que decorre da sua capacidade de internalizar, produzir e difundir conhecimento, potenciando um melhor aproveitamento dos recursos territoriais. O acesso à informação disponível sobre o desenvolvimento e capacidade de inovação constituem elementos fundamentais do capital territorial, uma vez que, segundo Méndez *et al.* (2005), no actual contexto sócio-económico, as vantagens competitivas de um território se constroem a partir da valorização dos recursos imateriais do capital relacional e da capacidade do território para mobilizar a acção. A informação representa também um meio para dar a conhecer os actores locais (cidadãos, organizações e empresas), os objectivos e os principais desafios, fomentando o compromisso e a participação entre os vários tipos de actores.

Ao território é atribuído, segundo Veltz, nos trabalhos desenvolvidos no *Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés* (LATTS) o carácter de sistema decisional aberto, devido ao facto de reunir um número significativo e diversificado de actores e respectivas interacções, bem como pelas relações que se estabelecem com a envolvente externa. As condições propícias ao processo de governância ocorrem quando os ter-

ritórios se adaptam às exigências externas, o que decorre do desenvolvimento de um processo interactivo de aprendizagem, onde participam de forma inter-relacionada diferentes actores.

A redefinição do papel do território segue a tendência geral de mutação, implicando transformações na sua relação com o sistema geral de relações económicas, sociais e políticas. Deste modo, assiste-se à passagem do conceito do território como um espaço estático e passivo para uma tendência de interpretar o território como um contexto dinâmico e activo, onde ele próprio se constitui como um actor nos processos de acção colectiva, que nele se reflectem (Cox, 1997; Dematteis, 2001). Cada território, como actor global, em função do seu capital territorial, escolhe as suas trajectórias para o desenvolvimento, onde a sua acção e a definição de políticas são guiadas pela sua identidade e ligação ao espaço.

Face ao exposto, é possível assinalar os aspectos principais que definem as acções colectivas no campo territorial como uma acção da governância. Esta, segundo Healey (1997), encontra-se também ligada ao processo do consenso e da aprendizagem mútua que podem ocorrer para desenvolver o capital social, político e intelectual para promover a coordenação e o fluxo do conhecimento e das competências, entre as várias relações sociais que coexistem dentro dos lugares.

A existência de capital social/relacional, segundo Farinós (2005) depende da existência de uma cultura da representação colectiva bem vinculada, onde as relações desenvolvidas, apesar de seguirem as normas e valores culturais estatuidos pela comunidade, se baseiam na lealdade, em detrimento da hierarquia e assentam num forte sentimento de partilha de uma meta comum. A afirmação do capital relacional depende da representação dos interesses dos envolvidos, dado que os seus objectivos perseguem a dimensão social e as políticas específicas de uma acção colectiva. Para ultrapassar os problemas que daí possam surgir, as acções da governância implementadas devem ser o resultado de um processo negociado complexo, em que os recursos (financeiros, cognitivos e políticos) são permutados e os objectivos definidos são partilhados, em função de um consenso organizado. Para tal, o capital político desempenha papel crucial, de onde se destaca o elevado nível de interacção institucional, a capacidade para liderar redes de actores, bem como o facto de o exercício de poder ser associado à capacidade de fazer e não como controlo social.

Capital social e político encontram-se dependentes e interligados pelo capital intelectual. Esta articulação dota o território de especificidades que, mesmo replicadas tornam difícil a obtenção dos mesmos resultados noutros territórios. Destaca-se no âmbito do capital intelectual a acessibilidade ao conhecimento e o nível disponível para os actores implicados no desenvolvimento territorial, assumindo particular importância o conhecimento das características do sistema territorial na altura da acção, da forma como se processou a sua evolução, dos processos sócio-económicos e respectivos impactos sobre o desenvolvimento territorial, da forma como operam as instituições. Para tal, deve ser desenvolvida uma base de conhecimento partilhado, disponível a todos os intervenientes (dotando-os de um marco comum de referência que permita a cooperação entre actores), onde o processo de construção e partilha dos fluxos de conhecimento seja transparente e permita desenvolver a capacidade de aprendizagem dos actores, que depende da sua predisposição para aprender e do seu grau de abertura a novas ideias.

No âmbito das acções de governância, o processo de elaboração, discussão e implementação das políticas resultam da interacção e da negociação de uma multiplicidade de assuntos e interesses, com diferentes finalidades, que se traduzem na execução de uma pluralidade de acções. Os múltiplos actores que intervêm neste processo estabelecem entre si relações, visíveis ou latentes, de competição, de cooperação e de conflito. Nestes modelos de governância, estas interacções multi-actor são reguladas por um leque de modalidades “sociais” de coordenação, mais do que por procedimentos organizacionais hierarquicamente definidos (Jessop, 1995), que requerem, segundo a OCDE (2001) a capacidade de ampliação dos recursos em conhecimento disponíveis e de geração de contextos de aprendizagem colectiva, onde possam ser desenvolvidas, partilhadas e convertidas em visões estratégicas as novas formas de entendimento das dinâmicas espaciais.

Não obstante o aproveitamento do potencial dos factores endógenos se constituir como uma alternativa válida para se atingir o desenvolvimento territorial pretendido, actualmente, dadas as suas potencialidades, as TIC podem favorecer a implantação de novas iniciativas nessas mesmas áreas. Numa sociedade organizada, em complexa rede de fluxos relacionais, um sistema, ainda que territorial, não pode desenvolver-se sem que haja uma certa abertura ao exterior. As TIC ao poten-

ciarem essa abertura, possibilitam a superação dos problemas gerados pelas distâncias, elevando o território a assumir o papel de protagonista/ agente activo e dinâmico nos processos de desenvolvimento, enquanto gerador activo de dinâmicas e possibilidades estratégicas, de carácter heterogéneo e diferenciado.

Notas finais

As transformações inerentes à sociedade informacional e do conhecimento e, especialmente, o impacto das TIC no território e no processo de governância que lhe é inerente, é uma questão à qual não devem ser alheios os que se interessam pelas transformações nas várias dimensões do espaço geográfico, dado que aquela sociedade e o desenvolvimento territorial se encontram estreitamente inter-relacionados. Neste contexto, para poderem singrar, os territórios devem ser simultaneamente competitivos e complementares, resultando a sua diferenciação da articulação de um conjunto de características locais, de onde se destaca a sua capacidade para gerar, adoptar e difundir inovações, a possibilidade de aceder, difundir e dominar a informação e o conhecimento, a geração, a integração e a organização em redes, bem como a acção concertada de agentes e actores. Estas conferem ao território uma tal especificidade, que se podem constituir como uma mais-valia e, até mesmo, como factor-chave distintivo do seu sucesso, sendo vital no desenvolvimento de uma visão integrada e de estratégias em rede, aliçadas numa liderança coerente, que se traduzem na tomada de decisões e na implementação de acções que visem o desenvolvimento económico e territorial.

Num quadro de aparente (des)territorialização, ao qual está implícito o estabelecimento de dinâmicas em rede e de parcerias estratégicas, com impacto no surgimento de novas territorialidades, considera-se extremamente importante o papel das redes na gestão do território, de acordo com as suas especificidades e em toda a sua complexidade, numa abordagem que inclua as suas várias dimensões e as oriente para um desenvolvimento, que permita a superação dos desequilíbrios resultantes das desiguais trocas internas/externas. O equilíbrio territorial, a mul-

tifuncionalidade e a complementaridade espacial são algumas das numerosas possibilidades associadas às TIC, que permitem encontrar soluções inéditas, mais flexíveis e adaptadas às novas realidades territoriais.

A complementaridade espacial induzida pelas TIC, conduz ao aparecimento de novas relações territoriais, que estimulam o processo de inovação, a competitividade e a diminuição das assimetrias territoriais existentes e potenciam a adopção de novas estratégias de gestão territorial, decorrentes de um processo de governância eficaz, onde os actores podem cooperar através destas ferramentas, com o intuito de adequar os recursos do território às actividades e às necessidades da população, de forma competitiva, onde a coesão e a sustentabilidade sejam transversais a todas as acções.

Devido ao carácter propiciador de alternativas que é inerente à utilização das TIC, as potencialidades que daí podem advir, para o processo de governância, não podem ser descuradas. No entanto, o aumento do seu potencial de utilização implica a necessidade de implementar medidas tendentes ao reforço de competências, nomeadamente ao nível do saber-fazer, entre actores e agentes, cujas acções encontrem eco na sociedade civil.

A presente reflexão não esgota a temática em questão. Inerente a este campo de investigação, considera-se premente continuar a aprofundar alguns pontos, nomeadamente ao tentar perceber como ganha forma o processo de governância territorial em Portugal; se existe uma relação dialéctica entre governância e redes; se uma governância eficaz reforça o poder das redes; se as redes do espaço digital correspondem às redes do espaço real ou têm configurações, estruturas e intensidades distintas; se é possível traçar um perfil dos líderes do processo de governância; que tipo de coordenação é aplicada; como estão a contribuir as TIC, na sociedade portuguesa, para a afirmação do processo de governância; que características apresentam as suas infra-estruturas; qual o seu potencial de utilização; se e como se utilizam as TIC, no processo de governância, e com que fim; que tipo de actores as utiliza e com que frequência; que critérios/indicadores utilizar para medir o seu potencial de utilização; que potencialidades e fragilidades apresentam as TIC nas redes de governância. A obtenção das respostas a estas questões, poderão, por certo, auxiliar a aferir o potencial das TIC no processo de governância.

Bibliografia

- BLANCO ROMERO, A., CÂNOVES VALIENTE, G. (2005), "Tecnologias de la información (TICs) y multifuncionalidad del territorio". *Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*, Universidade de Évora. CD-rom.
- BOBBIO, L. (1996), "La democrazia non abita a Gordio. Studio sui processi decisionali politico-amministrativi". FrancoAngeli: Milano.
- BÖRZEL, T. A. (1997), "What is so special About Policy Networks? – An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance". *European Integration online papers*, 1 (16). [<http://eiop.or.at/eiop/texte/1997-016a.html>].
- BOVAIRD, T., LÖFFLER, E. (2003), *Public Management and Governance*. Routledge: London.
- BOVAIRD, T., LÖFFLER, E. (2003), "Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies". *International Review of Administrative Sciences*, 69, (3), 313-328.
- CASTELLS, M. (1999), *A sociedade em rede* (trad. *The Rise of the Network Society*, vol. I – Col. *The Information Age: Economy, Society and Culture – 1996*). Paz e Terra: São Paulo.
- CAVALEIRO, C. (2004), *A Sociedade da Informação e o Território: das Cidades Digitais ao Portugal Digital – o caso de Trás-os-Montes Digital*. Tese de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- COX, K. R. (ed.) (1997), *Spaces of globalization. Reasserting the power of the local*, The Guilford Press: London.
- CURRY, D. (2006), "Relations revisited: a nuanced approach to types of multilevel governance". *Political Science Journal – The Graduate Student Review*, Department of Political Science, Central European University (CEU): Budapest, 79-93.
- DAVOUDI, S., EVANS, N., GOVERNA, F., SANTANGELO, M. (2008), "Territorial governance in the making approaches, methodologies, practices". *Boletín de la A.G.E.*, 46, 33-52.
- DEMATTEIS, G. (2001), "Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali" in BONORA P. (ed.), *SLoT. Quaderno 1*, Baskerville, Bologna, 11-30.
- EC (2007), *New structures, forms and processes of governance in European industrial relations*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Luxembourg.
- ESPON Project 2.3.2 (2006), *Governance of Territorial and Urban Policies from EU to Local Level*, Final Report, Luxembourg. European Spatial Planning Observation Network. [http://www.espon.eu/mmp/online/website/content/projects/243/374/file_2186/fr-2.3.2_final_feb2007.pdf].
- FARINÓS, J. (2008), "Gobernanza Territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda". *Boletín de la A.G.E.*, 46, 11-32.
- FARINÓS, J. (2005), "Nuevas formas de gobernanza para el desarrollo sostenible del espacio relacional". *Eria*, 67, 219-235.
- FLORIDA, R. (2002), *The Rise of the Creative Class and How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. Basic Books: New York.
- FREDERICKSON, H. G. (1999), "The repositioning of American public administration". *Political Science and Politics*, 32(4), 701-711.
- HARVEY, D. (1996), *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 4.ª ed. (trad. *The Condition of Postmodernity: One Enquiry into the Origin of Cultural Change – 1989*). Edições Loyola: S. Paulo.
- HEALEY, P. (1997), *Collaborative Planning*. Macmillan: London.
- HOLFORD, J., VEEN, R. (2006), *Lifelong Learning, Governance and Active Citizenship in*

- Europe. ETGACE Project – Final report. Directorate-General for Research Citizen and governance in a knowledge-based society – EC. Luxembourg.
- HOOGE, L., MARKS, G. (2001), *Multi-Level Governance and European Integration*. Col.: Rowman & Littlefield: Boulder.
- JALALI, C. (2005), "Nova Governação, nova cidadania? Os cidadãos e a política em Portugal" in *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. II, n.º 4, 29-38.
- JESSOP, B. (2000), "Governance Failure" in STOKER, G. (ed.) – *The New Politics of British Local Governance*. Macmillan, London.
- JESSOP, B. (1997), "The entrepreneurial city: re-imagining localities, redesigning economic governance or restructuring capital" in JEWSON, N. MCGREGOR, S. (eds.) – *Transforming Cities. Contested governance and new spatial divisions*. Routledge: London.
- JESSOP, B. (1995), "The regulation approach, governance and post-Fordism: alternative perspectives on economic and political change?". *Economy and Society*, 24:3, 307-333.
- KICKERT, W. (1993), "Complexity, Governance and Dynamics: Conceptual Explorations of Public Network Management" in KOOIMAN, J. (ed.) – *Modern Governance. New Government – Society Interactions*, 191-204. Sage Publications: London.
- KOOIMAN, J. (1993), "Social-political governance: introduction" in KOOIMAN, J. (ed.) – *Modern Governance. New Government – Society Interactions*, 1-6. Sage Publications: London.
- LE GALÈS, P. (2002), *European cities. Social conflict and governance*. Oxford University Press: Oxford.
- LE GALÈS, P. (1998), "Regulation and Governance of European Cities". *International Journal of Urban and Regional Research*, 22(3), 481-506.
- LE GALÈS, P., VOELZKOW, H. (2001), "Introduction: the governance of local economies" in CROUCH, C., LE GALÈS, P., TRIGILIA, C., VOELZKOW, H. (eds.) – *Local Production Systems in Europe. Rise or Demise?*, 1-24. Oxford University Press: Oxford.
- LUNDEVALL, B.-Å. (2006), "Knowledge Management in the Learning Economy". *DRUID Working Paper*, 6, Copenhagen.
- LUNDEVALL, B.-Å. (2004), "Why the New Economy is a Learning Economy". *DRUID Working Paper*, 1, Copenhagen.
- LUNDEVALL, B.-Å., JOHNSON, B. (1994), "The learning economy". *Journal of Industry Studies*, 1, 23-42.
- MADANIPOUR, A., HULL, A., HEALEY, P. (2001), *The Governance of Place: Space and Planning Processes*. Aldershot: Ashgate(UK).
- MARKS, G. (1993), "Structural Policy and Multilevel Governance" in CAFRUNY, A.; ROSENTHAL, G. (eds.) – *The State of the European Community*, Vol. 2, The Maastricht Debates and Beyond. Longman: Harlow.
- MARQUES, T. S., OLIVEIRA, P. G., CASTRO, E. A. (coord.) (2005), *As TIC para um país competente. From the Information Society to the Creative Society. Contribuições para Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013*. GEDES – UP; INESC PORTO, UA.
- MÉNDEZ, R., MICHELINI, J., ROMERO, P. (2005), "Procesos de innovación en ciudades intermedias y desarrollo territorial: una aproximación teórica". *Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*, Universidade de Évora.
- PAINTER, J., GOODWIN (1995), "Local governance and concrete research – investigating the uneven development of regulation". *Economy and Society*, 24(3), 334-356.
- PERKMANN, M. (1999), "Building Governance Institutions Across European Borders". *Regional Studies*, 33, 657-667.
- PIERRE, J. (2000), "Understanding Governance" in PIERRE J. (ed.) – *Debating Governance: Authority, Steering, and Democracy*. Oxford University Press: Oxford, 1-10.

- PIERRE, J., PETERS, G. B. (2000), *Governance, Politics and the State*. Palgrave Macmillan: Basingstoke (UK).
- PIORE, M., SABEL, C (1984), *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Basic Books: New York.
- SANTOS, M. (1996), *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Editora Hucitec: São Paulo.
- SIBEON, R. (2001), "Governance in Europe: Concepts, Themes and Processes". Paper for the International Conference: *Governance e Istituzioni: il ruolo dell'economia aperta nei contesti locali*, Forlì: Italy.
- SOTORAUTA, M. (2004), *Strategy Development in Learning Cities: From Classical Rhetoric towards Dynamic Capabilities*. Sente Working Papers, Research Unir for Urban and Regional Development Studies: Tampere.
- STOKER, G. (2006), *The comparative study of local governance: the need to go global*. Paper presented at Hallsworth Conference, Institute for Political & Economic Governance (IPEG), University of Manchester.
- STOKER, G. (2000), "Urban Political Science and the Challenge of Urban Governance" in PIERRE J. (ed.), *Debating Governance. Authority, Steering, and Democracy*. Oxford University Press: Oxford.
- STOKER, G (1998), "Governance as theory: five propositions." *International Social Science Journal*, 155, 17-28.
- TINLAND, F. (2001), "Interactions, réseaux, différenciation" in PARROCHIA, D. (org.) – *Penser les réseaux*. Éditions Champ Vallon: Seyssel, 245-265.
- VAN DEN BERG, L., BRAUN, E. (1999), "Urban competitiveness, marketing and the need for organizing capacity". *Urban Studies*, 36 (5-6), 987-999.

